



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

## **Santo Agostinho:** o diálogo filosófico no ensino de filosofia José Benedito de Almeida Júnior

**Como citar:** ALMEIDA JÚNIOR, J. B. Santo Agostinho: o diálogo filosófico no ensino de filosofia. *In:* VELASCO, P. D. N. (org.). **Ensino de – qual? – Filosofia:** ensaios a contrapelo. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019. p. 85-102.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7249-063-4.p85-102>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# SANTO AGOSTINHO: O DIÁLOGO FILOSÓFICO NO ENSINO DE FILOSOFIA

José Benedito de Almeida Júnior<sup>28</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

A obra de Santo Agostinho não tem por objetivo principal fazer uma revisão erudita da história da filosofia, isto é, de apresentar os conceitos e obras dos filósofos com o auxílio da tradição dos estudiosos e, mesmo quando ele o faz, seu objetivo último é oferecer respostas às questões mais candentes de sua época. Algumas destas questões, infelizmente, se parecem muito com as que temos nos dias de hoje. Agostinho

---

<sup>28</sup> Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutor, também em Filosofia, pela Faculdade Jesuíta de Belo Horizonte (FAJE). É professor do Instituto e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e colaborador do PROF-FILO da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Suas pesquisas atuais versam sobre Filosofia da Religião, Ensino de Filosofia e temas de Filosofia, como a Felicidade, a Arte e a Mitologia.

<https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7249-063-4.p85-102>

vê-se na situação de justificar a importância da filosofia em relação ao ambiente cristão com o qual convive. Portanto, ele se empenha ao máximo em demonstrar aos seus contemporâneos cristãos que a filosofia, longe de ser prejudicial, era uma importante ferramenta para a sociedade de seu tempo. Além desta defesa da filosofia, encontramos na sua obra uma propedêutica do ensino de filosofia: o diálogo filosófico. Suas potencialidades podem ser constatadas ainda nos dias de hoje, para tanto recorremos, brevemente, às teorias de Piaget e Vygotsky, demonstrando que o diálogo pode ser um meio de fundamental importância para um processo de aprendizado dinâmico. Por fim, concluímos que este método não se opõe ao ensino baseado na exposição de um conteúdo a ser estudado, compreendido e, de certa forma, memorizado pelos alunos; ao contrário disso, consideramos que estes dois métodos devem ser parte do repertório metodológico da docência em filosofia, sendo que, neste trabalho, apresentamos as vantagens do diálogo filosófico.

## 2. A DEFESA DA FILOSOFIA

No ambiente da patrística latina havia uma forte tendência de crítica à filosofia, principalmente por seu vínculo com os valores e conteúdos das religiões pagãs nas quais fora forjada. Neste sentido, a obra de Quinto Tertuliano é exemplar conforme pode constatar-se em suas palavras:

Em seu conjunto, que semelhança pode-se perceber entre o filósofo e o cristão, entre o discípulo da Grécia e o candidato ao céu, entre o traficante de fama terrena e aquele que faz questão de vida, entre o vendedor de palavras e o realizador de obras, entre quem constrói sobre a rocha e quem destrói, entre quem altera e quem tutela a verdade, entre o ladrão e o custódio da verdade. (QUINTO TERTULIANO apud REALE; ANTISERI, 1990, p. 425).

A filosofia era considerada perigosa não somente pelo seu conteúdo, mas também por seu princípio de colocar em dúvida todo e qualquer dogma, isto é, submetê-lo ao crivo da razão. Com a necessidade de se estabelecer os conteúdos das verdades cristãs, a possibilidade de questionamento, mesmo que fosse apenas retórico, era considerada perigosa. No

entanto, havia uma necessidade de se filosofar mesmo no ambiente cristão por dois motivos. O primeiro deles é que a fonte principal de leitura – a *Bíblia* – não é um livro filosófico e, por isso, há necessidade de interpretação de suas passagens, o que levou ao surgimento de diversas escolas, muitas vezes, que se contradiziam, porém, formaram um universo intelectual e cultural riquíssimo neste período formado pelos debates entre os seguidores de escolas como valentianos, marcionistas, pelagianistas, enfim, as chamadas doutrinas hereges e gnósticas. O segundo motivo é que, no debate destas escolas, havia necessidade de se argumentar de modo sutil e consistente, então, a filosofia, pelo menos como método, fazia-se necessária também para a patrística, por isso, várias obras de Tertuliano traziam como título a declaração evidente de seus objetivos: *Contra os pagãos*, *Contra os judeus*, *Contra os Marcião*, *Contra os valentinianos*.

Remonta, portanto, a milênios, a tarefa da filosofia de defender sua presença e sua importância para a sociedade em geral e no ensino especificamente. Ela representa, de fato, um perigo para aqueles que desejam impor uma visão de mundo dogmática, unidimensional, que apresenta as perguntas legítimas e as respostas dadas como certas. Ao questionar os fundamentos sobre os quais se assentam tais verdades, mesmo que seja apenas uma dúvida metódica a fim de melhor esclarecê-los, a filosofia se expõe ao risco de ser considerada perigosa e, por isso, ser proibido seu exercício público.

A obra de Agostinho é um contraponto neste clima antifilosófico dos primeiros séculos do cristianismo. Como se sabe, Agostinho era um estudante de retórica o que significava, na época, tornar-se excelente em discursos, no modo de utilizar a linguagem, tendo em vista ações no mundo comum, especialmente a de advogado. Durante estes estudos tomou contato com uma obra de Cícero, hoje perdida, chamada *Hortênsio*. Em suas palavras:

O livro é uma exortação à filosofia e chama-se *Hortênsio*. Devo dizer que ele mudou os meus sentimentos e o modo de me dirigir a ti; ele transformou minhas aspirações e desejos. Repentinamente, pareceram-me desprezíveis todas as vãs esperanças. Eu passei a aspirar com todas as forças à mortalidade que vem da sabedoria. Começava a levantar-me para voltar a ti. [...] Não era para apurar a linguagem que eu lia

esse livro, motivo pelo qual eu recebia dinheiro de minha mãe: o que me apaixonava era o seu conteúdo e não sua maneira de dizer. (AGOSTINHO, 1984, p. 63).

Sua aproximação com a seita gnóstico-cristã do maniqueísmo também é bastante conhecida e envolve tanto o problema do uso da linguagem para a justificação de doutrinas religiosas, como neste caso, a existência de dois princípios, o Bem e o Mal, isto é, Deus e a Matéria que lutam constantemente entre si. É interessante que Agostinho afaste-se do maniqueísmo justamente por causa de questões filosóficas que, para ele, não estavam completamente resolvidas – como podemos ler nas *Confissões* o problema da moralidade, a questão dos fundamentos naturais da moral e suas reflexões sobre os erros dos maniqueus.

O processo de conversão ao cristianismo teve vários momentos e um deles foi relativo à linguagem, a qual nos interessa sobremaneira neste trabalho. Em Milão, aos trinta anos de idade, conhece o Bispo Ambrósio e com ele teve a oportunidade de compreender o modo de abordar os textos bíblicos, pois sua experiência com os maniqueus e outras escolas demonstrava que elas interpretavam literalmente os textos da *Bíblia* e que, mesmo ele, neste período também tentava compreendê-la tal como os textos filosóficos e isto levava a um problema hermenêutico. Enfim, conseguiu superar as interpretações literais, conforme Agostinho narra:

Alegrava-me, também, por ter aprendido a ler as antigas Escrituras da Lei e dos Profetas, com interpretação diferente daquelas que antes me pareciam absurdas, quando eu acusava teus santos de terem fé em coisas nas quais realmente não acreditavam. [...] alegrava-me ouvir Ambrósio quando, muitas vezes, em seus sermões, recomendava ao povo a norma a ser escrupulosamente observada: *a letra mata, mas o espírito comunica a vida*. Removido assim o místico véu, esclareceram-se espiritualmente passagens que, tomadas ao pé da letra, pareciam ensinar o mal. (AGOSTINHO, 1984, p. 136).

A questão hermenêutica se torna crucial para a defesa da filosofia, pois, para ele, a *Bíblia* é o livro que traz todas as verdades fundamentais, contudo, sua interpretação não pode ser literal: é preciso saber refletir sobre

ela e nesse ponto reside a importância da filosofia. Estes textos de diferentes naturezas podem levar – na concepção de Agostinho – à conclusão das mesmas verdades, uma vez que a razão seja conduzida de modo adequado. Assim, Agostinho reconhece a importância da filosofia para solucionar problemas, cujas respostas estão na *Bíblia*, mas não de forma literal, daí a necessidade da filosofia para auxiliar a interpretação dos significados simbólicos de várias de suas passagens, como vemos especialmente no livro VIII das *Confissões*.

A leitura de Plotino lhe oferecerá soluções para as dificuldades ontológico-metafísicas e, a dos diálogos platônicos, a concepção do incorpóreo e da demonstração de que o mal é privação e não substância. Evidentemente, tais conhecimentos não têm o mesmo valor das revelações cristãs, mas nem por isso deixam de ser verdades fundamentais para se tornarem argumentos na sua luta contra as doutrinas heréticas. Em relação aos textos bíblicos e aos livros dos filósofos, ele percebe que levam ao mesmo ponto, porém, como insistimos, com uma superioridade dos primeiros: “Começando a leitura, descobri que tudo o que de verdadeiro tinha encontrado nos livros platônicos, aqui é dito com a garantia de tua graça” (AGOSTINHO, 1984, p. 185).

Para a História da Filosofia esta posição de Agostinho será fundamental, pois ao contrário de descartar a filosofia, dará a ela um papel importantíssimo, pois muitas questões propostas pelos filósofos pagãos ou pelos heréticos não poderiam ser respondidas com a doutrina cristã, mas por meio da filosofia; são estes os casos do problema do mal e a questão do tempo.

### **3. O PROBLEMA DA ORIGEM DO MAL**

Para Agostinho a livre determinação da vontade parecia ser uma explicação suficiente para a origem do mal. Sempre que decidia desejar ou não uma coisa havia a certeza íntima de que quem deseja era ele próprio e não outra pessoa. Assim, se praticava o mal, conseqüentemente, seria um ato de livre vontade e, quando ele era vítima do mal considerava que, de certa forma, eram castigos que Deus lhe dava por ter agido mal. Porém,

a despeito do que lhe parecia ser claro, algumas questões continuavam. Ora, se sou – perguntava-se Agostinho – criatura de Deus e este não é somente bom, mas a própria bondade, de onde nasceram estes gérmenes do sofrimento? Como pode este Deus deixar com que a nossa vontade tenda para o mal? Mesmo a possibilidade de um ente que nos influencie a fazer o mal parecia não ser a resposta, pois se havia um ente desta natureza, isto é, portador de uma vontade perversa, então quem o havia criado e quem havia criado esta vontade nele?

O primeiro passo para superar estas dúvidas foi dado partindo do princípio de que Deus é absolutamente incorruptível e que a matéria – o mundo – por ele produzido não poderia conter o mal, desta forma, eliminava todo o dualismo dos maniqueístas que diziam ser a matéria o princípio do mal e Deus o princípio do bem. A origem do mal não poderia estar numa criação divina como a matéria com a qual formou todas as coisas do mundo. Agostinho considera que a corrupção que toda matéria sofre é, de fato, um mal; contudo poderia considerar que este mal não é uma substância e sim o afastamento do bem.

O segundo passo foi compreender que o mal estaria restrito ao universo humano, mais especificamente, da vontade humana. Então, o mal poderia ser considerado uma perversão da vontade, isto é, um afastamento dos desígnios de Deus. Traça o seguinte paralelo: uma pessoa com plena saúde pode sentir o sabor agradável do pão, mas uma pessoa acometida de determinadas doenças perde esta capacidade e o sabor do pão lhe parece desagradável, assim, trata-se de um afastamento do bem causado pela doença. Do mesmo modo, a luz que pode nos proporcionar vistas agradáveis com os olhos são, poderá nos causar grande incômodo se os olhos estiverem enfermos.

Em posse destes dois argumentos sustenta a tese de que o mal não é uma substância – assim como o apodrecimento da matéria e o sabor desagradável do pão – mas um afastamento, portanto não são coisas criadas por Deus, mas um distanciamento destas. Reconhecendo sua ignorância antes de aplicar-se diligentemente nestas questões, afirmou que o mal é apenas privação do bem, privação esta que pode chegar ao nada absoluto (AGOSTINHO, 1984, p. 68). Mais adiante Agostinho afirma que a ini-

quidade “[...] não é uma substância existente em si, mas uma perversão da vontade que, ao afastar-se do Ser supremo, que és tu, ó Deus, se volta para as criaturas inferiores; e, esvaziando-se por dentro, pavoneia-se exteriormente” (1984, p. 180).

Em resumo, o mal não é uma substância, mas uma ausência ou um afastamento. Na mesma medida em que a matéria não é má e que seu apodrecer é um afastamento do estado original, uma doença não é substância, mas o afastamento da saúde, como no caso da degenerescência do paladar e da visão. Ainda que Agostinho parta de um princípio totalmente religioso, de que Deus é o próprio bem e não criaria o mal, de resto, sua argumentação é inteiramente filosófica, partindo de determinadas premissas para chegar às conclusões.

#### 4. O PROBLEMA DO TEMPO

Outro exemplo da importância da filosofia para a argumentação de Agostinho contra os filósofos pagãos e hereges de sua época é o problema do tempo, também abordado em suas *Confissões*. Ironicamente, ao tratar de um problema que era interposto aos cristãos de sua época, deixou um legado às gerações futuras. O título do item dez do capítulo XI apresenta a questão que era feita aos cristãos: “O que fazia Deus antes de criar o céu e a terra? Uma outra questão é derivada desta primeira e é dirigida às primeiras palavras do *Gênesis* “no princípio Deus criou céus e terra”: ora, se este é o princípio da realidade que conhecemos, o que o fez ter vontade de criar os céus e a terra? Se estava ocioso, porque não continuou assim abstendo-se do trabalho?

As respostas para estas questões são dadas a partir de concepções religiosas que consideram Deus um ser perfeito, logo, além do tempo, mas tais concepções não são necessariamente cristãs; em muitas religiões, a ideia de perfeição absoluta dos deuses ou de Deus é bastante comum e, se o interlocutor não acredita na existência dos deuses ou de um Deus, então este argumento religioso é inútil. O conhecido paradoxo de Epicuro elimina a possibilidade de aceitação filosófica desta perfeição que explicaria

a impossibilidade da origem do mal ser Deus<sup>29</sup>. Isto não significa que fosse ateu, pois de fato não era, mas seu objetivo era analisar o problema do ponto de vista exclusivamente filosófico.

Para responder tais questões Agostinho parte dos seguintes argumentos: se Deus é eterno, então para ele não pode haver um antes e um depois, pois esta é uma percepção do tempo que existe somente para quem vive numa dimensão material. A pergunta por um antes e um depois só pode ser feita pelos humanos e não por Deus. Assim, quem refletir sobre o tempo entenderá que ele é composto de muitos momentos passageiros que não podem alongar-se, quando se pensa em eternidade não há passagem destes momentos, isto é, ela não é composta por uma infinidade de momentos passageiros, mas por um único momento presente. Nas *Confissões* lemos: “Na eternidade nada passa, tudo é presente, ao passo que o tempo nunca é todo presente” (AGOSTINHO, 1984, p. 315).

Agostinho também não se abstém de responder outra difícil questão interposta aos cristãos: antes de criar, Deus nada fazia. Tal questão foi descrita anteriormente como o ócio de Deus. Chama a atenção o fato de que ele admite a dificuldade de responder esta questão dentro dos limites da razão e critica acidamente os cristãos que, para fugirem de respondê-la de modo racional, contornavam-na com imprecisões: “Deus preparava o inferno para aqueles que perscrutam estes profundos mistérios” (AGOSTINHO, 1984, p. 316).

A ideia de que se passou do ócio ao trabalho está, obviamente, arraigada ao tempo do antes e do depois. Nesta perspectiva de uma divindade eterna a noção de tempo que nós temos não faz sentido. Para nós os anos passam, estamos hoje no presente, porque temos uma lembrança do passado e uma perspectiva de futuro. Para esta entidade eterna, porém, não há um tempo passado ou futuro, é um eterno presente: o hoje de Deus não sucedeu o ontem e não cede lugar ao amanhã. Como Deus criou o tempo

---

<sup>29</sup> O paradoxo de Epicuro aborda o problema da teodiceia, ou seja, a origem do mal no mundo: “Deus, ou quer impedir os males e não pode, ou pode e não quer, ou não quer nem pode, ou quer e pode. Se quer e não pode, é impotente; o que é impossível em Deus. Se pode e não quer, é invejoso; o que do mesmo modo, é contrário a Deus. Se nem quer nem pode, é invejoso e impotente; portanto, nem sequer é Deus. Se pode e quer, o que é a única coisa compatível com Deus, donde provém então a existência dos males? Por que razão não os impede?” (1980, p. 20).

não poderia haver um tempo anterior a ele. Em sua existência, passado, presente e futuro são todos coetâneos: são um só tempo presente: “Não houve portanto um tempo em que nada fizeste, porque o próprio tempo foi feito por ti. E não há um tempo eterno contigo porque tu és estável, e se o tempo fosse estável não seria tempo” (AGOSTINHO, 1984, p. 317).

Nesta primeira parte pudemos observar uma função propedêutica para a filosofia, como um caminho que pode levar à verdade. Não será uma verdade absoluta, em sua concepção, porque conta apenas com o recurso da razão. Contudo, há uma valorização do papel da filosofia que servirá para contrapor-se ao ambiente fortemente anticristão de seu tempo, como também um debate com determinadas correntes do cristianismo que eram consideradas heréticas e, neste caso, o exercício de interpretação dos textos bíblicos necessitava de uma exegese própria. Agostinho admite que não conseguia compreender estes textos, pois procurava neles a mesma sutileza de argumentos e estilo rebuscado da tradição filosófica e, não encontrando, os considerava inúteis. Somente quando conheceu o Bispo Ambrósio e entendeu seus sermões, consegue compreender o modo correto de abordar os textos bíblicos e, a partir daí, ao invés de considerá-los irreconciliáveis com a filosofia, percebeu a importância desta para interpretá-los, ainda que admitindo suas diferenças de natureza.

A filosofia torna-se um importante instrumento na formação dos sacerdotes cristãos. Agostinho trouxe para este universo sua experiência como professor de retórica – isto é, a arte de saber usar os artifícios das palavras, o uso de argumentos e do raciocínio lógico para ganhar causas – que, se antes de sua conversão não era louvável, agora, para difundir a fé cristã, torna-se uma importante aliada. De nada adianta, para debater com pagãos e hereges a autoridade da Bíblia em si, pois o que estava em jogo era a interpretação de suas passagens. Por isso, a partir do livro XI esmera-se em deslindar os significados alegóricos e simbólicos de algumas passagens do *Gênesis*.

## 5. O DIÁLOGO FILOSÓFICO COMO MÉTODO DE ENSINO

Para além das questões relativas ao conteúdo, a obra de Agostinho nos remete também a uma questão de método de ensino. O diálogo é um

meio de comunicação que permite duas pessoas se conhecerem, compartilharem ideias, resolverem problemas comuns etc. Quando adjetivamos o substantivo diálogo com a palavra *filosófico* nos remetemos a, pelo menos, duas situações: ou duas pessoas conversam a partir de bases conceituais refletindo sobre determinado assunto ou uma das pessoas ensina outra. Ensinar por meio do diálogo filosófico implica mais do que informar conteúdos e argumentos, mas por meio de perguntas e respostas, fazer com que a outra pessoa chegue às conclusões corretas, isto é, o conhecimento ou melhor ainda, descubra estes conhecimentos por si mesma, mediada pelo interlocutor.

Inspirado em Platão, Agostinho também esmerou-se em usar o diálogos filosóficos como meio de ensino, tal como constatamos em obras como *Soliloquios*, na qual o diálogo se dá entre Agostinho e a razão; *A Vida Feliz*, no qual há vários participantes: seu filho Adeodato, sua mãe Mônica, seu irmão Návigio e os amigos Alípio, Licêncio e Trigésilo; o diálogo *O Mestre* – que será a base desta parte do trabalho – ocorre entre Adeodato e Agostinho.

Há, porém, uma diferença na forma de elaboração destes diálogos. Nos diálogos do fundador da Academia os interlocutores acompanham os raciocínios de Sócrates. Este, geralmente, faz uma pergunta a um dos participantes e a resposta, estando errada, dá ocasião para o início de um diálogo no qual os interlocutores, no mais das vezes, limitam-se a dizer “sim, Sócrates”; “não, Sócrates”; “pelo Cão, Sócrates, eu jamais diria isso!”, isto é, a arte do raciocínio fica toda – quase sempre – sob a responsabilidade do mestre de Platão. Nas obras de Agostinho, apesar de haver passagens semelhantes, há momentos em que as outras pessoas também participam do processo de raciocínio e, portanto, em termos metodológicos, está mais próximo do que podemos considerar um processo de ensino por meio de diálogos filosóficos.

Evidentemente, num diálogo filosófico o mestre sabe muito bem a que conclusões pretende chegar e conduz o discípulo por meio de perguntas para que ele chegue a estas conclusões. Não se trata, portanto, de um espontaneísmo no ensino, no qual o mestre, apenas com uma ideia na cabeça, inicia o diálogo, mas de uma proposta fundamentada em

termos de conteúdo e metodologicamente bem conduzida. É importante observar, porém, que no diálogo filosófico, como os alunos terão liberdade de perguntar e são incentivados a interagir e fazer suas reflexões a partir dos conceitos sobre os quais se reflete, há sempre um grau, por vezes elevado, de situações espontâneas que o professor deverá administrar a partir da sua experiência.

Ora, poder-se-ia, então, concluir que há pouca diferença entre ensinar de modo expositivo ou dialógico, uma vez que o conteúdo, em última instância, está previamente definido por quem ensina. Há, portanto, duas considerações a serem feitas. A primeira delas nos remete aos estilos de aprendizagem, isto é, os alunos têm maneiras diferentes de aprender, então, a variação dos métodos de ensino em modo expositivo e dialógico, por exemplo, pode ampliar as possibilidades de aprendizagem do conteúdo. A segunda delas, nos remete à questão da formação de professores de filosofia: uma tarefa importante para quem trabalha nas licenciaturas é ter em vista que não se pode limitar este processo a um método de ensino, mas oferecer aos formandos um repertório para que, diante das circunstâncias concretas da docência, tenham diferentes métodos a seu dispor, dentre eles, as aulas expositivas e os diálogos filosóficos.

A formação de docentes para a autonomia do exercício da profissão é muito mais atendida, portanto, quando pensamos em formação de repertórios metodológicos do que no ensino de um único método. A autonomia dos docentes se concretiza na medida em que decidem não somente por qual método utilizar, mas também o modo no qual serão usados diante das diferentes circunstâncias vivenciadas, no estudo e aplicação de outros métodos e mídias.

Voltando ao nosso tema, os diálogos filosóficos, lembramos que não se trata de querer defendê-los como um método melhor do que o das aulas expositivas, é apenas um outro método que também pode ser justificado pelas teorias de psicologia do desenvolvimento. Os diálogos filosóficos permitem a construção de conhecimento pelos participantes da ação, por meio da mediação dos professores. Os conceitos dos filósofos podem ser aprendidos por meio de uma aula expositiva ou de diálogos filosóficos; neste segundo método há uma participação maior dos alunos, pois eles

devem chegar às conclusões por meio dos próprios raciocínios a partir dos problemas e questões colocados, portanto, sem dúvida, há um grau maior de desenvolvimento da autonomia neste caso.

Num processo dialogante vários fatores são colocados em ação tais como a abertura para novas possibilidades, a elaboração de estratégias e, também, a compreensão da argumentação alheia. No diálogo filosófico agostiniano ocorre o que os estudiosos da psicologia do desenvolvimento chamam de colaboração cognitiva. Conforme Lerner, a dinâmica da interação depende: “[...] da natureza da situação problema colocada e do fato de os sujeitos assumirem um compromisso ativo no funcionamento de uma colaboração cognitiva” (1998, p. 111).

Do ponto de vista piagetiano, a partir dos onze ou doze anos, as pessoas dão os primeiros passos do pensamento formal. Nesta fase o pensamento não se limita às operações concretas de classes, relações e números, sua principal característica é submeter o real ao possível, isto é, a capacidade de levantar hipóteses, realizar operações indutivas e dedutivas; refletir sobre proposições que só podem ser admitidas de modo mental, sem a possibilidade de se utilizar nada concreto como prova definitiva.

Nélio Parra destaca a importância do conflito e da controvérsia de ideias na sala de aula porque elas podem ser momentos de amadurecimento intelectual e coletivo. No caso dos diálogos filosóficos não se trata somente de momentos em que haja estes conflitos, mas de criar situações-problema em que o exercício da razão por meio da interação com outras pessoas e suas ideias seja valorizado. Segundo Parra, há quatro qualidades que estes diálogos permitem e que são estímulos, de fato, provocadores para despertar a curiosidade, bem como a necessidade de exploração do sujeito: novidade, incerteza, conflito e complexidade (1998, p. 58). Agostinho, como veremos na última parte deste trabalho, apresentará uma situação problema a Adeodato: como ele responderia a um determinado jogo de palavras relativo à expressão “leão”.

No *De Magistro* (AGOSTINHO, 1973) há momentos interessantíssimos para a definição de diálogos filosóficos e, infelizmente, não poderemos fazer um estudo muito aprofundado das ocasiões diferentes.

Do ponto de vista cognitivo, um deles é referente à percepção da diferença entre o signo e as coisas que ele representa. Tal concepção pode ser considerada como o momento no qual o adolescente está em condições de aplicar um pensamento formal hipotético-dedutivo e há inúmeros momentos e exemplos assim no diálogo. Destacaremos, nesta parte do trabalho, duas ocasiões típicas do diálogo filosófico. Numa delas é quando Adeodato realiza algumas considerações e Agostinho as considera equivocadas, mas nem por isso, menos importantes: este é o caso mais exemplar de didática do diálogo filosófico que temos; a outra é quando o professor lhe propõe um desafio: como responder a uma questão sobre o uso da linguagem.

## 6. O DIÁLOGO FILOSÓFICO NO ENSINO DE FILOSOFIA

Agostinho está ensinando Adeodato sobre alguns casos da gramática. Nos primeiros capítulos passou gradualmente de sinais que indicam diretamente coisas, seres ou ações, para sinais que indicam sinais e, no capítulo V, aborda o tema de sinais que se indicam reciprocamente, porém o grau não é exatamente o mesmo, tal como é o caso dos pronomes que, numa oração, são utilizados no lugar do nome e, ainda que denotem a mesma coisa, serão sempre menos plenos do que o próprio nome. Num determinado momento, o professor faz uma pergunta e Adeodato não somente a responde como faz as suas próprias considerações. O diálogo é o seguinte:

Adeodato

- Completamente bem; e agora compreendo quão admiravelmente ut assim mostraste que enunciei nomes, pois de outra maneira não se poderia dizer: “tudo isto” (*haec omnia*), “todas estas coisas”. Mas agora me surge a dúvida de que na tua locução me “pareceu” justa, porque não posso negar que estas quatro conjunções sejam também palavras (*verba*); de forma que também destas se pode dizer corretamente “todas estas coisas” (*haec omnia*), como poderia dizer corretamente “todas estas palavras” (*haec omnia verba*). Se porém me perguntares a que parte da oração pertence “palavra”, responderei que é um nome. Eis porque a este nome acrescentaste o pronome, para que a tua frase estivesse correta.

Agostinho

- Sem dúvida estás enganado; mas, apesar disso, demonstras certa agudeza; entretanto, para pôr fim ao engano, presta mais atenção ao que vou dizer, se conseguir dizê-lo como quero, pois falar sobre palavras com palavras é tão complicado quanto entrelaçar os dedos e querer esfrega-los. (AGOSTINHO, 1984, p. 334).

É muito interessante o registro de uma situação didática e existencial que se passou há quase mil e seiscentos anos. Num diálogo filosófico o aluno é incentivado a fazer questões e também a chegar às suas próprias conclusões, assim pode, por vezes, estar enganado – o que é normal numa situação em que se está conduzindo o raciocínio de quem tem menos experiência. O engano de Adeodato não é motivo de repreensão ou de qualquer forma de punição, como se o engano tivesse sido consequência dele não estar atento às lições – assumidamente complexas pelo professor – ou ter errado porque raciocina mal.

No diálogo filosófico o professor promove o exercício do pensamento de tal modo que não se pode valorar os erros e acertos. Há, portanto, uma abertura de possibilidades de pensamento e um processo avaliativo não seria um incentivo ao aluno também arriscar suas ilações. Por isso, o professor deve reconhecer e avisar quando o aluno tiver errado o raciocínio, mas também, como fez Agostinho, valorizar as conquistas quando houve determinadas considerações que demonstraram reflexão por parte do aluno. No diálogo filosófico, a postura de motivação leva à autonomia do pensamento, porque encoraja a investigação: o aluno não pode ter medo de errar.

O segundo caso é um momento no qual o professor apresenta uma situação-problema e pede para que o aluno a responda. Trata-se de uma questão irônica que procura confundir o interlocutor ao ocultar a diferença entre o sinal e as coisas ou seres que eles representam. O texto é o seguinte:

Agostinho

- Gostaria de saber como responderias para aquele que, jocosamente ouvimos dizer, fez sair um leão da boca do companheiro com quem

estava disputando. Depois de perguntar-lhe se o que dizemos sai da nossa boca, e não podendo negá-lo, induziu o interlocutor (o que era fácil) a pronunciar o nome “leão”; feito isso, começou a andar ao redor dele e escarnece-lo, porque, depois de confessar que tudo o que dizemos sai da nossa boca e não podendo negar que pronunciara a palavra “leão”, estava admitindo – ele, pessoa não ruim – que vomitara um animal tão feroz.

Adeodato

- Não seria difícil responder a este brincalhão, pois não lhe concederia que tudo o que dizemos sai da nossa boca, porque o que dizemos nada mais é que sinal, e da nossa boca sai não a coisa que é significada, mas o sinal com que a significamos; assunto este que tratamos há pouco. (AGOSTINHO, 1984, p. 343).

Em determinados momentos do diálogo filosófico o professor apresenta algumas questões a serem respondidas. Para tanto, deve utilizar os conceitos definidos anteriormente e raciocinar a partir deles. Na fase operatório-concreta, os alunos conseguem responder a partir da relação entre as palavras e as coisas, seres ou ações que estas representam; na fase do pensamento formal é possível subordinar o real ao possível, isto é, raciocinar a partir de hipóteses, abstrações e, conforme os conteúdos do *De Magistro*, a partir das palavras ou sinais que representam as coisas ou, ainda, raciocinar a partir de conceitos. O exemplo acima descrito só faz sentido para alunos que estejam na fase do pensamento formal, pois há um jogo entre o nome “leão” que é o sinal sonoro e o animal “leão” como ser concreto. Neste caso, a resposta de Adeodato foi adequada e o professor não se preocupou em valorá-la em pontos ou bônus para as notas. Daí em diante segue com novas questões em que o aluno deverá continuar refletindo a partir da relação entre as palavras e as coisas que eles representam.

O diálogo filosófico não deve ser um exercício de avaliação quantitativa sob pena de não estimular o raciocínio e a autonomia, mas de se tornar mais uma atividade mecânica, em que a única preocupação dos alunos é tirar nota – e não exercitar o raciocínio. Assim, nos parece mais adequado que os diálogos sejam utilizados em atividades em sala de aula,

nas quais é possível por meio de exercícios algumas descobertas. Estas podem ser avaliativas, mas de modo qualitativo e não quantitativo.

## 7. CONCLUSÕES

O ensino de filosofia pode e deve ser realizado a partir de diferentes metodologias, conforme as circunstâncias que se apresentam. Por isso, o processo de formação de professores deve ter em vista o desenvolvimento de um repertório de métodos para que os futuros docentes tenham uma ampla gama de metodologias de aulas e atividades para que aumente o espectro de aprendizado entre os alunos.

Este trabalho analisou o diálogo filosófico como uma dessas metodologias, ancorado em dois princípios. O primeiro é fundamental porque está baseado na própria história da filosofia: o diálogo filosófico agostiniano. O segundo é a demonstração de que o método dialógico de ensino de filosofia, praticado há milênios, está em perfeito acordo com as contemporâneas teorias da psicologia do desenvolvimento. Insistimos, mais uma vez, que nossa intenção não é afirmar que o método do diálogo filosófico é melhor do que o das aulas expositivas, por exemplo; queremos apenas demonstrar que ele é uma das alternativas metodológicas a ser desenvolvida, visando ampliar o repertório dos futuros docentes de filosofia.

No diálogo agostiniano, observamos o modo como o professor conduz o pensamento do aluno para que ele possa fazer suas próprias reflexões e chegue às conclusões próprias. Este método faz com que o aprendizado não fique ancorado somente na memória: é no exercício da razão ou um exercício de pensamento ou, ainda, conforme a nossa história, um exercício conceitual ou filosófico. O professor apresenta determinadas definições e, muitas vezes, também demonstra o fundamento destas definições que serão os conceitos básicos do diálogo. Com base nestes conceitos, desde que estejam muito bem compreendidos e fixados, é possível tecer uma série de considerações lógicas para que o diálogo seja frutuoso.

## REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO. *Confissões*. Tradução de Maria Luíza Jardim Amarante. São Paulo: Paulus, 1984.
- AGOSTINHO. *De Magistro*. Tradução de Angelo Ricci. São Paulo: Abril, 1973. (Coleção Os Pensadores).
- EPICURO. *Antologia de Textos*. Tradução de Agostinho da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).
- LERNER, Delia. O Ensino e o aprendizado escolar: argumentos de uma falsa oposição. *In: CASTORINA, José Antônio et al. Piaget e Vygotsky: novas contribuições para o debate*. Tradução de Claudia Schilling. São Paulo: Ática, 1998. (Série Fundamentos).
- PARRA, Nelio. *O adolescente segundo Piaget*. São Paulo: Pioneira, 1983. (Série Cadernos de Educação).
- REALE, Giovanni; ANTISIERI, Dario. *História da Filosofia*. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulinas, 1990. 3 v.